

RELATÓRIO DE PROCESSOS DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ASANM

Nº DO PROCESSO	PARTE S	ASSUNTO	ANDAMENTO	ANDAMENTO
(1) 2006.34.00.0283 67-2 (TRF - Primeira Turma)	ASSEDE x DNPM	gratificação incorporada, quintos e décimos, VPNI.	Processo julgado no STJ afastando a prescrição. Foi determinado novo julgamento pelo TRF. Aguarda julgamento no TRF desde 03/08/2017.	https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=200634000283672&secao=TRF1&pg=1&enviar=Pesquisar
(2) 2006.34.00.0269 85-0 (4ª vara federal)	ASSEDE x DNPM	Enquadramento do PEC nas carreiras do DNPM	Processo julgado procedente em 1ª instância. 30/08/2011. Arguição de inconstitucionalidade do art. 3º e parágrafos, da Lei 11.046/2004 rejeitada pela Corte Especial do TRF em 07/11/2019. Processo aguarda publicação do acórdão.	https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=200634000269850&secao=TRF1&pg=1&enviar=Pesquisar
(3) 2009.34.00.0291 07-4 (1ª Turma TRF)	ANSDN PM x DNPM	reajuste de remuneração 14,23%	Processo julgado improcedente em 1ª instância. Recurso de apelação julgado no TRF1 em 12/06/2019 <u>mantendo a improcedência dos pedidos.</u>	https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=200934000291074&secao=TRF1&pg=1&enviar=Pesquisar
56098-5/2007 (4ª Vara Cível TJDF)	ASSEDE X SMB	Cancelamento de Protesto	Distribuídos os autos em 24/05/2007, a parte Ré não foi localizada, tendo em vista que não existe mais a referida empresa. Foi expedido ofício a ANS para	http://cache-internet.tjdft.jus.br/cgi-bin/tjcgil?NXTPGM=tjhtml105&ORIGEM=INTER&SELECAO=1&CIRCUN=1&CDNUPROC=20070110560985

			fornecimento de informações sobre a empresa. 27/04/2010 - Documento expedido Ofício 06.08.2014 redistribuídos por declinação de competência a outra jurisdição - Juízo da Sétima Vara Empresarial da Capital do Rio de Janeiro.	
(4) 46139-78.2010.4.01.3400 (2ª Turma TRF1)	ANSDN PM x DNPM	Pagamento do índice de 28,86%	Processo distribuído em 30/09/2010 na 17ª Vara Federal. Foi proferida sentença extinguindo o feito sem exame do mérito. A ANSDNPM recorreu ao TRF e o Tribunal deu provimento ao recurso em 27/02/2019 . Aguarda julgamento do Resp da ANM pelo STJ.	https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=461397820104013400&secao=TRF1&pg=1&enviar=Pesquisar
(5) 14560-78.2011.4.01.3400 (1ª Turma do TRF1)	ANSDN PM	Promoção Funcional	Processo julgado procedente em 1ª e 2ª instâncias. Transitou em julgado dia 28/05/2019 . Aguarda cálculos para fazer a execução.	https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=145607820114013400&secao=TRF1&pg=1&enviar=Pesquisar
(6) 0061381-43.2011.4.01.3400 (22ª VF de Brasília)	ANSDN PM	IR SOBRE 1/3 DE FÉRIAS	Processo distribuído em 14/11/2011 para 15ª Vara Federal. Julgado improcedente em todas as instâncias (Transito em julgado em 23/02/2017)	https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?secao=DF&proc=00613814320114013400&seq_proc=2

<p>(7)</p> <p>0004189-21.2012.4.01.3400 (1ª Turma do TRF1)</p>	<p>ANSDN PM</p>	<p>INTEGRALIDADE E PARIDADE</p>	<p>Processo julgado improcedente na 1ª instância. A ANSDNPM recorreu ao TRF. <u>Processo Redistribuído em 19/02/2019 para Desembargador Wilson Alves</u></p> <p>03.12.2015 por sucessão ao Des. Carlos Augusto Pires Brandão e concluso desde 12.05.2016</p>	<p>https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=00041892120124013400&secao=TRF1&pg=1&enviar=Pesquisar</p>
<p>(8)</p> <p>0035595-26.2013.4.01.3400 (2ª turma do TRF1)</p>	<p>ANSDN PM</p>	<p>EQUIPARAÇÃO DO VALOR DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO COM O DO TCU</p>	<p>Processo distribuído à 14ª Vara Federal de Brasília-DF. Sentença julgou improcedente o pedido. A ANSDNPM recorreu ao TRF. <u>Em 16.02.2018 os autos foram suspensos/sobrestados em virtude da repercussão geral</u> (STF) (RE 710293 RG, Relator(a): Min. Luiz Fux, Tema 600)</p>	<p>https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=00355952620134013400&secao=TRF1&pg=1&enviar=Pesquisar</p>
<p>(9)</p> <p>0046209-90.2013.4.01.3400 (14ª VF de Brasília)</p>	<p>ANSDN PM</p>	<p>AUMENTAR A DEDUÇÃO DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO NO IR</p>	<p>Processo distribuído à 14ª Vara Federal de Brasília-DF. Sentença improcedente, mantida pelo TRF1 em 09/05/2017. <u>Trânsito em julgado em 10/11/2017</u></p>	<p>https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=462099020134013400&secao=JFDF</p>
<p>(10)</p> <p>23267-98.2012.4.01.3400 (1ª Turma do TRF1)</p>	<p>ANSDN PM</p>	<p>PERICULOSIDADE, INSALUBRIDADE, IRRADIAÇÃO</p>	<p>Processo distribuído em 15/05/2012, em tramite na 22ª Vara Federal. Sentença favorável na 1ª instância e confirmada no</p>	<p>https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=232679820124013400&secao=TRF1&pg=1&enviar=Pesquisar</p>

		IONIZANTE E GRATIFICAÇÃO DE RAIOS-X	TRF1. Foi interposto recurso especial pela ASANM (14/12/2018)	
(11) 0072330-58.2013.4.01.340 0 (5ª VF de Brasília)	ANSDN PM	PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO (AOS SERVIDORES DO PEC DO DNPM OCUPANTES DOS CARGOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO DE DESENHISTA, TÉCNICO EM CARTOGRAFIA E TÉCNICO EM RECURSOS MINERAIS.)	Processo distribuído em 2013. Sentença procedente com pedido de antecipação de tutela deferido em 2017 para o DNPM analisar os pedidos de GQ aos técnicos em recursos minerais. Processo remetido ao TRF1 em 21/01/2019 para julgar Apelação interposta da ANM.	https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=00723305820134013400&secao=DF&pg=1&enviar=Pesquisar
(12) 1018685-28.2018.4.01.340 0 (1ª VF de Brasília) Processo Eletrônico		EQUIPARAÇÃO DOS SERVIDORES DA ANM COM OS SERVIDORES DAS DEMAIS AGÊNCIAS	Processo distribuído por prevenção à 1ª Vara Federal de Brasília em 11.09.2018. Intimação para associação informar o valor do proveito econômico buscado na causa.	https://pje1g.trf1.jus.br/consultapublica/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=54e1dc0a3a2e3d2aff9c6a26013e36a3e11d5334acfa7965

	REGULADOR AS	Foi feita a manifestação, aguarda citação da ANM	
--	-----------------	---	--

OBJETO DAS AÇÕES:

- 1- QUINTOS/DECIMOS/ VPNI: Incorporar as parcelas de quintos/décimos, adquiridas pelo exercício de função comissionada no período de 08/04/98 a 04/09/2001 (Edição da MP nº 2225-45)
- 2- ENQUADRAMENTO: Declarar a inconstitucionalidade do art. 3º e parágrafos da Lei nº 11.046/2004 haja vista o tratamento discriminatório gerado ao criar duas categorias de servidores públicos dentro do mesmo órgão, ou seja, os oriundos do antigo PCC (enquadrados no plano especial de cargos do DNPM) e os novos servidores (enquadrados nos cargos de especialista, analista e técnico).
- 3- REAJUSTE DE 14,23%: Declarar o direito dos substituídos ao reajuste de 13,23% em suas remunerações a partir de 1º/05/2003, haja vista que a concessão da vantagem pessoal individual no valor de R\$ 59,87 pela Lei 10.698/2003 na verdade representou um aumento de 13,23% as menores remunerações do serviço público federal em maio de 2003 (R\$ 420,66) advindo daí seu caráter de revisão geral que deverá ser extensível aos demais servidores. OBS: Matéria com julgamento favorável no TRF da 1ª Região.
- 4- PAGAMENTO DO INDICE DE 28,86%: Ação visando o pagamento de juros moratórios sobre os valores pagos a título de 28,86%.
- 5- PROMOÇÃO FUNCIONAL: Declarar o direito dos substituídos (servidores integrantes da carreira instituída pela Lei nº 11.046/04) a obtenção das progressões e promoções funcionais, segundo os mesmos critérios e regramentos conferidos aos servidores vinculados ao Plano Especial de Cargos do DNPM.
- 6- IR SOBRE 1/3 DE FÉRIAS: Declarar a inexigibilidade do imposto de renda (IR) sobre o adicional de 1/3 de férias sob o argumento de que esta parcela possui natureza indenizatória.
- 7- INTEGRALIDADE E PARIDADE: Declarar o direito dos substituídos à percepção integral nos proventos de aposentadoria e pensão das gratificações de que tratam os artigos 15 e 15-A da Lei 11.046/04, determinando a implementação no contracheque dos servidores do valor integral das gratificações (GDARM, GDAPM, GDADNPM e GDAPDNPM).
- 8- EQUIPARAÇÃO DO VALOR DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO COM O DO TCU: Declarar o direito dos servidores do DNPM a receberem o auxílio alimentação no mesmo valor pago no TCU, com fundamento no princípio da isonomia (Art. 5º, da CF), haja vista que o fundamento para o pagamento do auxílio alimentação nos 02 órgãos é o mesmo (Art. 22 da Lei nº 8.460/92). Matéria com repercussão geral no STF (RE 710293).

- 9- **AUMENTAR A DEDUÇÃO DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO NO IR:** Declarar a inconstitucionalidade do art. 8º, II e alíneas da Lei 9.250/95 e demais normas regulamentares, permitindo aos servidores do DNPM deduzirem da base de cálculo do IRPF a integralidade das despesas com educação.
- 10- **PERICULOSIDADE, INSALUBRIDADE, IRRADIAÇÃO IONIZANTE E GRATIFICAÇÃO DE RAIOS-X:** Declarar a ilegalidade de dispositivos da Orientação Normativa nº 02/2010/SRH/MPOG, reconhecendo o direito dos associados substituídos ao recebimento dos adicionais de insalubridade, periculosidade e irradiação ionizante e da gratificação de raios-X segundo os critérios vigentes anteriores à edição da Orientação Normativa nº 02/2010/SRH/MPOG.
- 11- **PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO-GQ:** Ação coletiva visando reconhecer em favor dos servidores substituídos (pertencentes ao Plano Especial de Cargos do DNPM e ocupantes dos cargos de nível intermediário de Desenhista, Técnico em Cartografia e Técnico em Recursos Minerais) o direito à percepção da Gratificação de Qualificação – GQ.
- 12- **EQUIPARAÇÃO DOS SERVIDORES DA ANM COM OS SERVIDORES DAS DEMAIS AGÊNCIAS REGULADORAS:** Ação coletiva visando o enquadramento dos servidores da ANM no regime jurídico das Agências Reguladoras

Conforme solicitado, estamos enviando o relatório dos processos em nome da ANSDNPM que estão sob a responsabilidade deste Escritório de Advocacia.

Outrossim, estamos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, por meio dos telefones (61) 3225-9975 ou 3224-9562.

Brasília – DF 02 de março de 2020.

ANDRÉ CAVALCANTE BARROS
OAB/DF 22.948

MARLÚCIO LUSTOSA BONFIM
OAB-DF 16.619